

A Invenção do Nordeste

Que coisas existem dentro de uma gaveta chamada nordeste? À pergunta do poeta, aqui adaptada, muitas respostas revelariam conceitos estratificados, pré-conceitos, que ao longo dos séculos foram se formando, ligados a fatores geográficos ou sociais, ideologicamente produzidos. As relações entre os indivíduos se espacializam, que a literatura confirma, em obras-primas que atestam da riqueza da terra, sua generosidade, como aquelas que produziu o ciclo da cana de açúcar de Zé Lins, mas também da hostilidade milenar, que Vidas Secas confirma, que produz Cabeleiras e Lampiões.

Alcides Mendes S. Júnior

PA(LAVRAS) EM TERRA: FORJA E COIFA DE UMA REGIÃO

Espaço e Discurso na Literatura Regionalista Nordestina

Ao Meu Filho,

Espera ainda não palavra;

À Minha Filha,

Poema em carne e verbo;

Minha Amada,

Entre seixos e conchas

Pérolas por vir;

Minha Aléia: Terra e Sombra...

Eterno retorno à casa minha,

Minha Irmã.

Caro Filho,
18 de Maio de 1981

Agradecimento

.
Começo melhor com aqueles que me são desde eu menino. Pais e irmãs cuja ausência em artes desta espécie, tornam-me senhor de mim; em contraponto à sua inarredável presença inabitada, quando se me afigura o rosto em frente ao espelho.

Ao meu irmão. Imenso em tanto sonho. Queira Deus que todo em minha alma. E sempre.

Aos mosqueteiros poucos amigos capa e espada; em vão pedindo pressa, e mais morosidade eu dando em troca.

Ao nobre Cícero. Ele, filho de canaviais. Verdes anos feitos de labuta. Natureza edificada em vastos campos e conquistas.

Ao de todas as horas amigo interior e terno. Tarcísio silêncio em partes todo. Presença material em nacos de ajuda. Perenemente rio que corre perto.

Ao caro e muito Mestre Lourival. Amigo. Fonte. Permanência. Palavras quase pleno. Coração cativo em forma e sonho. Um tanto de flor, um resto de silêncio: Serenidade errante e sábia junto aos pés.

Prefácio

Prefacio

.

Se escrevemos o neologismo sudestino em um computador, imediatamente a indefectível linha vermelha sublinhada em ziguezague surge a indicar erro, inexistência ou simples desconhecimento algorítmico da palavra. A simplicidade de uma explicação lógica está muito aquém daquilo que além das palavras é o mundo onde elas transitam. Formá-las diz respeito a um processo cujos critérios são de reconhecimento relativamente generalizado para aqueles de mesmo uma rudimentar iniciação lingüística. Somam-se radicais, ou a radicais se somam prefixos ou sufixos, de maneira a dar a elas, as palavras, outro significado, crescer-lhas de mais alguns, ou fazê-las existir em outro nível de concreção.

O problema é que todo esse esforço é vão se a palavra nova dorme no seio dos iniciados ou no limbo de algum compêndio empoeirado de uma estante sem visitas. Às palavras não é dado o existir sem posse. Elas só são quando efetivamente representam, quando designam a coisa ou o que quer que seja que chamem de referencial. Em outros termos, não há palavra se não pulsa nela a alma do que a atravessa: os homens, o tempo e o espaço que se amalgamam para perfazer aquilo a que chamamos História.

Este livro tem a pretensão de perscrutar algumas das muitas faces que compõem esse processo. Vale-se, para tanto, de um corpus literário cujo cânon transformou em tradição (ou o contrário), e se propõe a ver nascer no tempo aquilo que para hoje parece nunca ter havido ontem; por ter exatamente o peso eterno das coisas sem memória.

E a literatura é essência desse trabalho, não porque ele é fruto de uma dissertação de mestrado em teoria literária, mas fundamentalmente porque ela, a Literatura, é a casa da palavra. E não é casa por que se passe ileso. Por isso, aos que se aventurarem pelas entranhas desse caminho, peço que saibam não haver nele nem céu claro nem mar aberto. A paisagem oscila por quase todo ele entre matas secundárias e floresta espessa; mas a sensação do perder-se é quase sempre a mais feliz, quando já com as árvores às costas, ela terá sido a serena lembrança que forjou poder-se ver agora, e menos intuitivamente, o mar claro a céu aberto.

O Autor
Recife, Março de 2006

"Em tre lugares e rumores
um abismo, o Homem,
a sombra acima e dentro,
diamante e espuma."

Mendessilva

Sumário

Tempos e Formas	15
As Refrações do Espaço	19
As Faces do Discurso	35
O Amargo é Cinza	61
Chão das Cores	77
O Servidor da Solidão	89
Nordestinizados	99
Bibliografia	105

Tempos e Formas

.

Aurora. Sétimo andar. O Capibaribe desliza suas águas sujas no outono seco. E mais canoa e homem. Contidas águas mansas prenhes serenadas. O concreto às margens imposto ao manguezal. O cais e o maquinário. Silos de açúcar longes. Prédios dispersos e asfalto. Olinda além vista quase que perene. A paisagem ao redor acena a fatos, relatos e espera. Tudo lega o movimento que é tempo trespassando formas. A vida entre: latejante e perpétua. Tal cenário remete-me a outros, de mesmo chão e d'outra concretude. Reporto-me precisamente a um, que da posse de outras peças constrói mosaico bem mais fluido, cuja memória tem registros e lacunas. O lugar é o mesmo, as formas outras.

À beira do último quartel do século XVIII, um barco em fuga sobre e dentro em um Capibaribe imaculado, leva um dito José Gomes, conhecido Cabeleira, a lugar ermo; que muitos havia. Salteador e assassino, temido e odiado; o jovem fora reconhecido na 'Ponte do Recife'. O Palácio do Governador por testemunha. Pânico e mortes. Narra-o Franklin Távora, no romance que tem como título a alcunha do bandido. Florescia um novo bairro, de nome Boa Vista. Casas dispersas entreviam ingazeiros, pitombeiras e outras tantas. O manguezal espalhava-se em quilômetros, e as pontes, ainda poucas, prestavam à cidade uma nobreza rústica...

O Espaço é o ponto. O Homem forja sedimentos, constrói paisagens, produz História e Historiografia. Doura a palavra. O Cabeleira viu ao longe terras anchas. Do rio, a vista se perdia em montes. O canoeiro de há pouco, às margens da Aurora não avista o longe. As pontes continuam, não os montes.

Os lugares são perenes, as paisagens são instantes. O Espaço é a junção de ambos. Átimo e latência. Nele estão os tempos de uma forma viva. O Recife separado de si mesmo por duzentos anos, é ainda ele e muitos outros. Esse é o nosso exemplo mais palpável. O Espaço que apontamos, no entanto, atende pelo nome de Nordeste. E é essa a matéria-prima de que parte este percurso. Um nome que vai além de delimitações geográficas, porque ganhou ao longo da História o *status* de signo que comporta uma gama de conceitos prévios, tornando-o um estigma de representações específicas.

O ataque a símbolos maciços é tarefa árdua. Há que se ter compleição teórica robusta. Duas casas foram-me postas à disposição. Geografia e Lingüística deram-me pouso. Que eu arque com a mobília: móveis de História, Sociologia, e corpos de Literatura, usufruindo formas.

Instaurando o Espaço como campo móvel, e o Discurso como instância ideologicamente produzida, é possível tomar o Homem e o Meio como medidas entrecruzadas de ações, resultados e fissuras de um corpo social que se mantém compacto e, embora sendo, não se mostra movediço.

A História é ferramenta de raspagem; ao seu toque aclaram-se desvãos. E sendo a Verdade essência inalcançável: puro argumento teológico da Revelação; não se presta a conceitos nem desvelos. Resta-nos uma realidade tosca que, como totem construído, é resultado de ação prescrita. Um tipo específico de ação discursiva, involuntária ou

deliberada, que caia (para não perdermos o fio da metáfora) toda a casa, e a uniformiza, e deixa preso nas paredes o bolor dos tempos.

O Nordeste é esta construção. Resulta de um discurso histórico datado e definido; sedimentado ao sabor das intempéries, e disposto em um espaço, que movente, ultrapassa seus limites e estabelece representações além do seu cercado.

A Geografia é suporte basilar deste caminho, porque toca no cerne da questão primeira: a espacialização regional de um *modus vivendi*, que foi concebido como invariável e peculiarmente anti-histórico. Uma caracterização estrutural "nordestina", que empresta à já conhecida tendência à repulsa ante a diferença, um teor de "verdade" fundida em teoria. Falem os determinismos de toda ordem ou a homogeneização das realidades intra-regionais.

É o Discurso regionalista, como construção originária de definições e reconhecimentos historicamente sedimentados, que uniformiza a região e institucionaliza o símbolo. O imaginário reina ante o real e o espaço ganha ares de consumação. A Literatura, em canto assim homogêneo, ergue-se voz dissonante. Escrutina relações e expõe chagas. Faz conceber-se por Nordeste um nordeste douto e miserável, pomposo e abjeto. Sem falácias nem soslaio. A cruza como faca e como corte. Mas vem nostálgica como a casa da infância; verde, ápera e um tanto mais sangrenta; e seca e pedregosa, tal resquícios de miséria.

Aqui o fulcro onde as sementes geram. O Espaço tem valores de resposta à conformação das estruturas em paisagem; aos trejeitos sociais de produção; às malhas do Discurso que encaminha trilhos. Isso dá-nos a Geografia. Mas há o Espaço de instâncias obscuras. Aquele das medidas incommensuráveis; do íntimo das coisas e dos homens. Este

baldeia o segredo das formas geométricas e as dimensões incalculáveis de um cômodo vazio. O Espaço é uma casa de espelhos, onde cada imagem comporta um velho abismo. Um rasgo é ruga ou rio, ou sempre os dois. Um sonho é casa e vale ou multidão. Um rosto é nunca o mesmo: Serenas lembranças vagas de um castelo, ou descalços pés num vasto campo ermo. É de Literatura essa feição de mundos:

O que trata em desvelar esse quinhão de heranças. Os homens postos dentro do lugar das vozes. Vozes que ressoam e se multiplicam; cravadas na tradição e revolteando no tino e desatino dos sobreviventes. O Regionalismo teve seus fulgores. Bebeu de fontes caudalosas; cunhou obras-primas e outras tantas. O nosso universo abre-se em três: "Fogo Morto", "Terras do Sem Fim" e "São Bernardo". A Região partifundida em três espaços. O plano das vivências em perspectiva e das carências ensolaradas. A espacialização das relações e o interior das almas em conflito. O Discurso ativo e raso penetrando em tudo.

★ ★ ★

Evoco o Anjo toscos de Paul Klee. Regionalizo-o. E também o monumento de palavras fincado ao pé dos mortos, dos escumbros; da tempestade a que Benjamin luziu chamando História. Eis que o Anjo está, e paira. Impele-o a força de um sopro antigo. Cá de baixo não o percebemos. Nossas obras nascem já fadadas. Caídos anjos que somos nem sabemos, que nos espregueia em nossos sonhos nossa queda.

As Refrações do Espaço

"O destino de um homem
é estar entre as paredes
e contê-las"
(Carlos Nejar)

"Lembro de minha mãe
Que mantinha poços secos
Entre os mares das clavículas
E o resto do corpo era sertão."
(Almir Castro Barros)

Em Busca de uma Teoria Espacial da Sociedade

No conjunto de ensaios que compõe o homogêneo e significativo "Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica", Edward W. Soja lança mão no prefácio, que ele chama oportunamente também de pós-escrito, da simultânea e múltipla imagem do Aleph, vislumbado por Jorge Luis Borges: "(...) Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou atroz; nenhum me assombrou mais que o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei." (Borges, 1986: 132-33 apud Soja, 1993: 8). Sendo o "Aleph", a primeira letra do alfabeto hebraico, composto pelos signos que formam o tetragrama sagrado com que Deus apresentou-se

a Moisés, e tendo em vista que deste tetragrama (IHVH), segundo a mística judaica, emanam todas as letras e todas as significações, entende-se a nomeação de Borges para a sua alegoria do instante infinito. Soja o que diz é que o dilema do geógrafo diante do espaço construído é mais ou menos o do escritor ante o Aleph: a impossibilidade linguística da descrição simultânea, posto que tudo no mesmo instante existe e atua, e à linguagem, como sistema signico, não é permitido ir além das sucessões. O Autor de "Geografias Pós-Modernas..." chega a preconizar a construção de uma "ontologia" do espaço, que, observadas as óbvias limitações, venha "revelar os silêncios críticos do historicismo" no quadro da teoria social contemporânea.

O século XIX foi seguramente um século de excelência da História, instaurada como princípio epistemológico de tradução dos fatos, permeou a sociedade de uma fórmula crítica cuja observação sucessiva de quadros dava ao tempo o primado das abordagens elaboradas. As grandes teorias daquele século, zênite do racionalismo iluminista, foram a reafirmação do Homem senhor dos seus caminhos e da Sociedade como produto do conhecimento humano estabelecido ao longo da história. Uma História de temporalidades quase nada espaciais.

O século atual não foge necessariamente à regra. Embora vezes dissonantes tenham-se erguido solitárias na construção de um pensamento ordenado em torno do espaço como mecanismo teórico de crítica social. Edward Soja aponta alguns nomes como precursores dessa corrente, dos quais cabe-nos aqui apontar primordialmente dois: Michel Foucault e Henri Lefebvre. É pertinente o empréstimo de algumas considerações do primeiro tomado à Soja.

"(...) A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade; estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz interseções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polémica atual opõem os fieis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço." (1993: 17)¹

Essas palavras de Foucault constatarem a abertura de um caminho profícuo de análise social. A instauração de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma observação dialética calcada no espaço, no tempo e no ser social. A revitalização da Geografia em comunhão com a História dentro da modernidade.

Michel Foucault não sistematizou nenhum procedimento de análise crítica tendo por base a construção social do espaço. No entanto, seus estudos sobre o poder do discurso ao longo da conformação histórico-social, a que poderíamos chamar sem prejuízo de "história das manipulações", trazem implícitas idéias de uma organização sócio-espacial; idéias que surgem expostas muito mais objetivamente em palestras, entrevistas e trabalhos escritos para revistas especializadas.

O filósofo francês identifica o espaço como uma "heterotopia"; o lugar onde os lugares se sobrepõem, imbricam-se. O *locus* em que as relações são estabelecidas. A prisão, o albergue, o sanatório, a alcova, cada ponto evidenciando uma ligação em rede e enformando o corpo social. Em um só lugar, diversos outros reais ou imaginários, degradantes ou

¹ Apud Foucault, M. (1986), "Of Other Spaces". *Diacritics*, 16, 22-27.

utópicos, que sejam a potencialização das experiências no espaço físico, ou a construção mental de espaços subjetivos. Dualidade que, veremos, é apenas aparente.

A questão é que idéias de renovação à crítica social não costumam ser bem recebidas pelos pensadores de plantão, principalmente se neles há endurecido o visgo de um historicismo secular. A esses Foucault responde com o que é uma das hastes que sustenta sua própria metodologia: O Estruturalismo. Teoria que solapa a História e encontra no espaço a aplicação de um modelo sincrônico criado a partir dele. Espirais feitas de abstração e concretude, apontadas como setas para as relações que estruturam, e não para as causas que suscitam ou para os efeitos que provocam. A diacronia substituída pelo corte. Mas Foucault afirma, e não sem razão, que o Estruturalismo não representa uma anti-história: é antes sua espacialização.

"(...) Seja como for, creio que a angústia de nossa era está fundamentalmente relacionada com o espaço, sem dúvida muito mais do que com o tempo. Provavelmente, o tempo se nos afigura como sendo apenas uma das várias operações distributivas possíveis dos elementos dispostos no espaço."

As profundas mudanças trazidas de roldão pela modernidade figuram o aspecto inequívoco de que os fatos sucessivos possuem endereço próprio, e ele não é passivo como o pano de fundo de um teatro de fantoches. A ordem espacial do ser no mundo advém de uma produção social do espaço. O materialismo histórico estará muito melhor instrumentalizado se for também geográfico. Como afirma David Harvey, a história não pode prescindir de uma profunda espacialização. (Harvey, 1998).

* * *

Apesar de Marx ter afirmado ser a Geografia uma "complicação desnecessária", é no complexo das suas idéias que os geógrafos encontram a base para sua ressurreição de Fênix em terras da História. É praticamente certo que o fator predominante deste ostracismo geográfico tenha sido o determinismo ambiental. Enquanto ele serviu de justificativa "científica" para dominação imperialista, colheu os louros de uma teoria corroborada pela realidade observável. O castelo começou a se desfazer quando o cientificismo de teorias posteriores demonstrou a fragilidade dos aspectos teórico-metodológicos do fado geográfico-ambiental. É bom que se diga, contudo, que a teoria determinista teve e tem uma forte influência sobre o imaginário social brasileiro.

A dialética hegeliana, que Marx enterrou no chão da história e materializou na consciência e na luta de classes, também era incompatível com o determinismo geográfico, embora tivesse instituído um outro determinismo cuja teleologia iria modificar completamente a história do século XX. Mas o fato é que se Hegel considera o Estado e sua territorialidade como objetos de fato para a abordagem dialética e de direito para o idealismo histórico, Marx desespacializa o lugar e focaliza fundamentalmente as ações humanas como relações de produção e espoliação ao longo da história. O espaço seria o onde das representações. Palco modelável e inerte sobre o qual reina o tempo em conformações históricas.

A tradição marxista, representativa em toda Europa, na França ganhou contornos menos ortodoxos com relação ao espaço exatamente pela revitalização de certos preceitos hegelianos. Por este motivo pode-se falar numa certa tendência francesa à espacialização do materialismo histórico. Quem, dentre os intelectuais franceses, melhor se utiliza desse conceito, produzindo inclusive um conhecimento sistemático dos mecanismos sociais por meio de uma dinâmica histórico-geográfica

dos modos de produção, é Henri Lefebvre. Ele inicia por aceitar a idéia marxista de que a vida material tem primazia "sobre a produção do pensamento e da ação conscientes", ou seja, a consciência é antes produto social que deliberação do indivíduo. No entanto, essa aceitação não o levou a abraçar modismos dogmáticos; ao contrário, sua obra caracteriza-se exatamente por combater qualquer tipo de reducionismo.

Lefebvre parte do princípio de que o sistema capitalista confecciona seus meios de desenvolvimento e perpetuação através de um "planejamento espacial" instrumentalizado, que permeia a vida cotidiana e insere-se profundamente no conjunto das relações sociais. Esse planejamento, forjado em vias discursivas, mistifica os padrões organizacionais de circulação e troca, dificulta a conscientização dos verdadeiros mecanismos de redistribuição do produto social, homogeneiza a sociedade como forma de encobrir suas diferenças. Diferenças intensificadas constantemente pelo próprio sistema.²

* * *

Em 1974, Henri Lefebvre, lança o que é considerada sua obra-prima: *La Production de l'espace*. Convém ouvir o que Soja diz a respeito deste livro.

"A própria sobrevivência do capitalismo, afirmou Lefebvre, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia. O que distinguia o gratuito véu espacial do capitalismo das espacialidades de outros modos de produção eram sua

² As artimanhas do discurso são o velo que alimenta o coração do poder. Mesmo aquele autoritário e coercitivo – e não me vem à lembrança nenhuma forma de poder que assim não seja –, precisa pelo discurso adquirir respaldo de existência legítima.

produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização – uma tese que se assemelhou, em muitos aspectos, ao discurso de Foucault sobre as heterotopias e a associação instrumental do espaço, do conhecimento e do poder." (1993 : 65)

Foi antes e durante pesquisas realizadas sobre urbanização "como metáfora resumida da espacialização da modernidade", que Lefebvre concebeu *La Production de l'espace*. A predominância do aspecto urbano como chave fundamental para o entendimento dos meandros do capitalismo moderno e contemporâneo parece inquestionável. No entanto, o meio não urbano é parte estrutural do mesmo sistema. Não diz respeito à imagem pós-moderna das alteridades infinitas, da superlotação de códigos, do apogeu das intrincadas redes relacionais, mas nem por isso possui menos significados ou idiossincrasias. Mudam os enfoques, mas não as possibilidades. O meio rural reflete as engrenagens de uma mesma máquina. A contra-face de uma mesma produção espacial.

O Espaço como Abordagem Metodológica

Deve-se principalmente a David Harvey o redirecionamento da geografia moderna. Sob sua liderança a análise geográfica foi-se afunilando num intenso processo de "marxificação". Aos poucos um a um dos temas passíveis de abordagem espacial foram sendo interpretados à luz das idéias marxistas: "os padrões de arrendamento e utilização da terra, as formas variegadas do meio ambiente construído, a localização da indústria e das vias de transporte, (...) a hierarquia funcional dos povoaamentos, o *mosaico do desenvolvimento regional desigual*, a difusão das inovações, (...) as desigualdades na

riqueza das nações, e a formação e transformação das paisagens geográficas, desde o local até o global." (Soja, 1993: 68) Grifos meus.

Na realidade, o espaço começara a atingir o *status* de entidade diferenciada; não mais o produto de um conjunto de fatores organizacionais definidos, mas uma estrutura funcional participante e fundamental dos processos de socialização. Sendo desde antanho o lugar das formas e das ações, instaura-se agora também como as formas e as ações do lugar. É este espírito dialético, de ser continência e condição, que dá ao espaço seu caráter de perpetuação e dinamismo. Pode-se, portanto, afirmar sem temor das abrangências, que o espaço, não sendo mero reflexo da sociedade, é a própria configuração social em suas latências e volubilidades. Tudo aquilo que o homem produz e a maneira como se posta em o meio. Os modos de produção, suas implementações e imposições sociais; a divisão internacional do trabalho e as desigualdades regionais de sua orientação; o imperialismo e a espoliação; o emprego das técnicas de industrialização e circulação de mercadorias; a escolha deliberada dos centros de produção, e a diferenciação regional dos fatores de desenvolvimento. Todos esses aspectos e as outras tantas possibilidades derivativas das organizações humanas acabam por ter no espaço seu vértice e sua base.

Há um signo fundamental que permeia cada uma dessas variantes interacionais: a Técnica. Sua importância é preponderante para a observação do espaço como se nos afigura; pelo fato inequívoco de que tudo que o homem é capaz de produzir tecnologicamente, transforma a condição espacial e a existência social do meio.

Milton Santos (1997: 28) declara ser mesmo a técnica a origem, continuidade e resultado dos centros urbanos hodiernos. Para tanto, utiliza-se da relação feita por Pierre George (1974) entre a representação da cidade como "produto cultural" no século XIX, e sua

transformação em "produto técnico" no século XX; valendo um desfecho que nos remete ao indefectível hiato entre as constelações globais e locais. Enquanto a cultura finca estacas em fronteiras (nacionais ou regionais), a técnica é universal, porque diz respeito a possibilidades instrumentalizadas de aplicação que não precisam respeitar limites territoriais.

Outra característica inerente à técnica diz respeito à sua eficácia. Uma paisagem, tal como se configura, tanto mais será perpetuada quanto menos houver necessidade de promover alterações em sua compleição tecnológica, e como consequência, em sua interação social. É a propagação desigual das técnicas que permite a seletividade das paisagens; ou seja, as representações, relações e o próprio imaginário social são grandemente influenciados pelo emprego específico de certos meios de produção e distribuição de valores materiais e sociais.

É neste sentido que a técnica revela-se como possibilidade primordial de ligação entre o espaço e a história, forjando concretamente aquilo que Soja chama de materialismo histórico e geográfico. Milton Santos resume: "A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica." (1997: 40) O problema, no caso, é sistematizar essa relação entre o aparato técnico, o tempo e o espaço. Para tanto, basta-nos perceber que um dado lugar é composto de diversos outros que lhe são pré-existentes, e que esse lugar apresenta invariavelmente um potencial de progressão. Qualquer técnica inscrita neste meio tende, em maior ou menor grau, a conviver com as técnicas já instaladas, adaptando-se, adaptando-as, ou substituindo-as, num processo que pode ou não ser pacífico, e que inelutavelmente reconfigura o espaço e o ser social. Assim, a estrutura espacial será sempre ela mesma e seu outro indissociável, num moto-contínuo que se justifica pelo movimento confuso e posterior acomodação da técnica

introduzida. A isto podemos chamar de tempo de um lugar. Ao conjunto observável de tais inserções técnicas e suas reconfigurações ao longo da história, chamamos sua idade.

Quando num ponto espaço-temporal uma determinada modificação é instaurada, o onde dessa nova aquisição está de há muito pejado de uma carga histórica repleta de processos similares. À visualização destas camadas superpostas Milton Santos chama "rugosidades"; feliz expressão para as marcas do tempo no espaço. Felicidade compartilhada pela historiadora Rosa Godoy (mimeo) quando utiliza tal conceito para dizer comparativamente das rugas que anunciam da face seu estado de imbricações. Utilíssima metáfora para as intenções anteriormente apresentadas de um espaço afeito ao homem como essência de suas percepções.

Resta-nos agora uma necessária distinção epistemológica.

"Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (...) A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade."

(Santos, 1997: 83/84)

A paisagem é o que se vislumbra: o espaço são seus entremeios. A primeira "um sistema material"; o segundo "um sistema de valores". Tal distinção é imprescindível quando se percebe o espaço como a casa das ações. Os objetos postos sobre a mesa, as casas regularmente distribuídas, conversas na calçada, amor de catres, poeira sobre os

móveis. Pompéia era espaço e paisagem enquanto dormia o Vesúvio. Depois, apenas paisagem. Uniforme em magma endurecido; heterogênea em seu mundo cristalizado.

A Produção do Espaço e a Regionalização

Tomando-se o espaço como um conjunto articulado de objetos e de ações (Santos, 1997: 50/51), tem-se que ele é hoje "um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes." Sociologicamente, esse processo é compreendido pela intensificação do alcance das forças motrizes de uma indústria cultural, que é cada vez mais o próprio rosto de um capitalismo global em construção.

Entretanto, a internacionalização do capital é um tecido esgarçado onde a luz abre frestas profundas e permite enxergar, além das superficialidades, uma realidade menos homogênea, e farta de raízes. O espaço e a história regionalizados ganham compreensivelmente ares de objetos privilegiados de estudo, como que numa necessidade de afirmação do local ante a enxurrada que emprega à paisagem a turva uniformidade do chumbo. Se o espaço é uma liça de tempos, e ora temos uma simultaneidade de formas, preciso é voltar-se às rugosidades; lugar de pés fincados com mais zelo, onde as relações se mostram de memória. Não um tempo esquecido ou isolado, mas certamente também um tempo. Um campo de saliências e identidade. A partilha de um mesmo amparo, e o "trem das cores" sob a capa cinza. Algo além e aquém do discurso unívoco: A Região sem véu.

★ ★ ★

Eis aí um problema constante da Geografia: o conceito do que seja região. Não cabe aqui um inventário sobre as diversas acepções que o termo tomou ao longo da história geográfica; mas é fundamental que os diversos níveis do que se pode chamar de formalização regional, sejam abordados como metodologia para a construção de um conceito satisfatório de região.

As relações homem/natureza engendram modificações relevantes sobre o grupo e o meio. As exigências de adaptação produzem uma *outra natureza* cuja territorialização expressa a escolha de certos lugares em detrimento de outros; gera conflito entre grupos; obriga processos adaptativos diferenciados. Uma diferenciação que recrudescerá a extremos quando sociedades territorialmente instaladas e culturalmente definidas substituem valores primários de uso por valores econômicos de troca. Caminho histórico longo e conhecido, que nos leva ao álbi do modo de produção capitalista e suas deliberações orientadas em torno à diferença. Os territórios são redefinidos, os Estados redimensionam seus domínios, e os espaços divididos são vivenciados não sem confronto, não sem a ebulição das lutas por reproduzir-se a continuidade específica de um cotidiano partilhado. Os grupos agarram-se ao seu quintal, identificam-se com seu cercado, representam e se reconhecem, percebem a alteridade que esta além dos muros. É neste micro-espaço de fronteiras e identidade que se dá o que chamamos de Regionalismo.

Feitas essas observações, parece-me agora apropriado o conceito ao qual me referi anteriormente.

"Região é uma parte singular da superfície terrestre, organizada por uma determinada sociedade no tempo, condensando, assim, vários tempos. Caracteriza-se por um ou mais modos e formas de produzir e reproduzir sua sobrevivência; por uma

estratificação social decorrente das suas relações de produção e de suas lutas pela apropriação dessa produção, (...) e por determinadas formas de se pensar, se representar e se interpretar em suas diferenças em relação a outras espacialidades." (Godoy, mimeo)

A dimensão de um espaço outro

"Tudo o que faz os bosques, os rios ou o ar
Tem lugar entre as paredes que crêem fechar um quarto.

Venham, cavaleiros que atravessam os mares,
Só tenho o teto do céu, vocês terão lugar."

(Jules Supervielle)

Além das larguras que dimensionam, das formas que confortam, das imensidades que aprisionam, há uma ausência fechada em concha, e que é o lugar de todas as coisas. Um espaço essencial que guarda luz e sombra, o espesso e a clareira, a ave morta e seu livre canto, o abrigo sereno e a janela aberta. Retina e almanaque guardados num estojo.

Uma lição de C.G. Jung: Eis que vislumbramos uma construção.

"Seu andar superior foi construído no século XIX, o térreo data do século XVI e o exame mais minucioso da construção mostra que ela foi feita sobre uma torre do século II. No porão descobriram fundações romanas e, debaixo do porão, achase uma caverna em cujo solo se descobrem ferramentas de sílex, na camada superior, e restos de fauna glaciária nas camadas mais profundas. Tal seria mais ou menos a estrutura de nossa alma."

(Bachelard, s/d : 18)

O Homem está situado em um tempo inaudito. Habita nele memória e porvir, e a ponte expressiva da imagem que elabora sóto e porão. É desse desvão imensurável que nos fala Bachelard em sua "Poética do Espaço". Lastro fundamental que é guia para além da geografia perecível. O espaço, agora íntimo, diz mais dos inequívocos objetos impalpáveis. A casa, o ninho, o quarto, o canto, a torre, o leito, vestem-se de significação ulterior. Absolutamente geométricos e consubstancialmente espaciais. O lugar da habitação mora no imo. Todos os tempos giram ao redor de um espaço essencial e primitivo, que pode desdobrar-se à região e ao infinito. O Tempo compartimenta-se no Espaço. "Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. (...) As lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas." (s/d: 24/25)

A intimidade é uma prerrogativa do estar no mundo. É o homem em/com seu lugar. Seja um cubículo, um campo aberto, ou um caminho.³ "E não há intimidade verdadeira que afaste. Todos os espaços de intimidade se caracterizam por uma atração." (idem p. 27)

Bachelard afirma ser a casa o espaço íntimo por excelência. Nela o amálgama, os resquícios do dia, o sonho e o medo. As casas espaçadas do Nordeste sertanejo; contíguas em vilarejos distantes, solitárias como ilhas rotineiras. São casas em janelas sempre abertas; lâmpadas acesas decalcando sombras como "olhos abertos sobre a noite". A porta é o umbral. Cerrada, a casa guarda os campos em seu ventre; aberta a porta

³ O caminho é o lugar onde a vida se realiza. Agradável ou inóspito. O homem por onde vive e passa, ama. O chão e o céu que o colhem são seu lar. Nada há de estranho em o fincar-se as garras sobre solo acervo; em o permanecer até quase o último suspiro, quando tudo mais em volta desmorona. O caminho do retiro é de dor e alento. O lugar que fica é sempre espera de retorno. É comum do homem amar o que habita. Nada há que surpreenda no querer-se preso o homem ao chão que não mais o acalenta.

o campo é seu quintal. Entreaberto o mundo da casa a porta é uma semente; é fruto e folha e medo de não sê-los.

Assim, o espaço sonha em transcender-se; romper a rachadura que o habita; perenizar a "osmose entre o íntimo e o indeterminado". O Homem é a medida. Nele o espaço é uma substância. Elo e abismo. O que se nos afigura e o que temos. O mundo que retemos e o que somos.

O espaço e o romance

A literatura traga-nos a espaço estranho, à Quarta dimensão de um universo inexistente. São tempo e espaço paralelos. O mundo construído sendo outro e nosso, num diálogo em que a imagem é marca que legitima a criação da existência inconcebível. Os quatro elementos e o homem aglutinam-se na mesma matéria que é o romance. E cabe aqui uma ressalva, talvez desnecessária, mas não impertinente. O espaço literário não é o cenário de uma estória, como é comum em análises do tipo. Pano de fundo ou *paisagem* são de outra órbita. O espaço interage, é componente inequívoco da trama, como construção inacabada e móvel. Um presente sempre em formação, incrustado de pedras antigas e paredes a levantar.

Tome-se "A Ilha do Dia Anterior". Umberto Eco dá de conhecer ao mundo o desconexo diário de um homem preso insolitamente ao mundo de uma embarcação enclachada em pedras perdidas entre o mar e uma ilha deserta. Um trecho em confissão: "E orgulho-me todavia de minha humilhação, e por estar condenado a tal privilégio, quase desfruto uma salvação odiosa: acreditado ser na memória humana o único exemplar de nossa espécie a ter naufragado num navio deserto." (1995) Do último meridiano ele avista a terra que está ontem e seria

seu futuro caso ele houvesse antanho aprendido a nadar. Um homem perdido entre o espaço que é seu próprio tempo e fado.

Osman Lins certa vez escreveu que "podemos dizer que o espaço, no romance, tem sido tudo que, intencionalmente disposto, enquadra a personagem e que, inventariado, tanto pode ser absorvido como acrescentado pela personagem, sucedendo, inclusive, ser constituído por figuras humanas, então coisificadas ou com a sua individualidade tendendo para zero." E antes que se possa discordar, em nota de pé de página acrescenta, "Dizemos que *tem sido* e não que *é*. Move constantemente o escritor a necessidade de romper as normas, de contestar o que parece assentado. Não seria, por exemplo, destituída de interesse uma narrativa na qual o espaço se construísse a partir da personagem." (Lins, 1976: 72)

Osman, antes escritor que crítico, trata da criação como o possível das escalas infinitas, que podem viajar do zero ao mesmo indefinido em que o espaço é fruto do desejo; jogo de feitura; uma realização. Não é o caso destas nossas linhas, em que a via do desejo é outra. O caminho de um encontro. O fruto da árvore, a árvore na terra, a terra na semente, o homem entre a lavra e a ceifa. E o lugar antes e depois da espera. O campo das ausências e das obras. Seja o espaço no romance: uma casa aberta em trevas - janelas bem fechadas; vastidão do sol fechada em sombras - janelas abertas.

Eco ainda do criador de "A Rainha dos Cárceres da Grécia", a última nota que fecha este quinhão. Quando lida com Lima Barreto e está às voltas com M. J. Gonzaga de Sá, diz "saltar à vista", naquele romance, uma relação que é toda interior entre espaço e personagem. Minhas sejam feitas as palavras dele quando de lidar com os romances alvos deste intento. Acrescente-se somente o espaço-ação das justas e das calmarias; dos homens entornando tempos.

As Faces do Discurso

"Pode ser que isto você não saiba: que para falar de Olívia eu não poderia fazer outro discurso. Se de fato existisse uma Olívia de bífores e pavões, de seleiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar as metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas."

(Italo Calvino, "As Cidades Invisíveis")

.....

A palavra é traiçoeira, escorregadia. Como a exemplo das partículas atômicas, não se pode dizer onde exatamente ela está. Apenas determina-se um campo de probabilidade em que ela esteja vibrando num horizonte de possíveis significações. As palavras pairam, como dizia Drummond; a nós basta colhê-las e pô-las à mesa, tecê-las em malhas as mais diversas. Ao Homem, quando da sua primeira queda, coube levar consigo a consciência colhida em bagos; o peito ardendo em brasa sob o pecado da palavra, e o horizonte a frente aguardando a construção: Menos tijolos e pedras que uma Babel de signos.

O Homem aprendeu qual astucioso Odisseu que a vitória e a conquista dá-se antes pela palavra que pela força, sendo esta, não o lugar onde aquela já não há, mas muito e necessariamente sua confirmação. Daí o

aforismo de Clausewitz: "A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios." Mas a crua história humana é mais de sangue que de verbo, e tomando o Poder como chave das organizações tem-se que a coerção pela força é que é moeda corrente. Tanto que Foucault prefere o aforismo invertido. A política é que seria, por outros meios, a continuação da guerra. (1999: 22)

O que está em jogo, no caso, é o próprio poder da palavra. Michel Foucault levou boa parte de sua vida intelectual tentando compreender os mecanismos do Discurso do Poder. Fala do alto de quem conhece seus meandros. E é fato que se a Força oprime pelo discurso num momento posterior ao uso da espada, é a palavra que mantém a tensão da corda. E ao que se nos refere é sobre tal corda que caminha a raça humana.

Se tomarmos a História como um drama de manipulações, temos no Discurso seu roteiro. É a conformação do dito que veste o fato. Este determinismo é em todos os aspectos inquietante. Mas como ser outra a paga da palavra movediça? O discurso é estrutura e acontecimento, constante tensão entre descrição e interpretação, trejeitos de atualidade e espaço de memória. (Pêcheux, 1997: 18/19) Todo discurso é objeto histórico-social, não há gratuidade. Eni Pulcinelli Orlandi chega a falar em "modo de produção da linguagem enquanto parte da produção social geral", sendo a linguagem um trabalho simbólico, mas ainda assim um trabalho. (1988: 17)

Os discursos se imbricam, sedimentam-se, geram novos significados, adaptam-se. Como determinação histórica engendram sentidos aparentes e significados opacos. Disfarçam-se. Construía ideologicamente, a estrutura discursiva penetra os espaços do edifício social, em cada um dos andares difere em móveis, mas não perde em essência. Há sempre os sentidos tencionados e os obscuros. Cabe à

análise desarranjar montagens, perscrutar as ossaturas, trazer à luz aquilo que está sob a carne das palavras.

Um exemplo local e potencialmente hodierno. O prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, em polêmica com o governador Marcelo Alencar, afirmou, em março de 1998, período de enchentes, não haver desabrigados na cidade do Rio. Quem lembra o episódio é Luiz Filipe de Alencastro, que tece um comentário preciso. O prefeito "revela, com patética sinceridade, toda uma visão das classes dirigentes e das classes dominantes brasileiras. Para ele, e para muitos outros de seus congêneres, as centenas de milhares de cidadãos que habitam as favelas do Rio de Janeiro não são 'desabrigados'. É gente que decidiu viver em condições subumanas por um mistério qualquer da natureza."¹

Neste caso, *desabrigado* significa precisamente *sem abrigo*. Portanto, mesmo que uma família habite embaixo da ponte protegida por um cone de madeira, lona, folhas-de-flandres ou caixas de papelão desfeitas, não estará "desabrigada". A palavra homogeneiza a todos. Desabrigados não há. O relento está lá fora, e mesmo acima das cobertas de quem não conhece o dentro. A cidade está imune a ele. Toda ela.

Seria cômico se o peso do discurso não fosse real. As palavras pesam, são fardos peçados de significação, de uma significação orientada. Atine-se para o signo *marginal*. Significando o que está à margem, teve durante algum tempo um caráter semântico de valor social em si. Representava o conjunto daqueles postados à beira de um condomínio estratificado. Saliente-se que, embora encostados, ainda dentro dos muros. Acontece que o movimento da maré lingüístico-social transformou "marginal" em "bandido", num processo sinônimo que é

¹ Novos Estudos / CEBRAP n.º 50

ironicamente um salto da língua para entrar na história. Prontamente os porta-vozes do discurso "politicamente correto" (eufemismo para hegemônico), buscaram sofregamente uma palavra em que a significação no real não fosse pejorativa. Encontraram *excluído*. Armadilha discursiva. Só que desta vez sem sinonímia. Excluídos estão terminantemente fora, e não à margem.

O termo passa em brancas nuvens porque, imposto, foi aceito, talvez deglutido, mas não ainda regurgitado; o que daria a ele um sentido social não necessariamente o mesmo de sua origem. Aliás, este é o processo por excelência do discurso como acontecimento. Sua condição inequívoca é a "não participação da maioria." (Pêcheux, 1997: 21) No entanto, este *continuum* a que chamamos discurso é um bólido pastoso preenhe de significados. Se tem na palavra sua matéria-prima, adquire existência concreta só mesmo no mundo das representações. É nas relações em confluência que o discurso se molda, se perpetua, se legitima e cristaliza.

O que nos dá a análise é a possibilidade do desvelamento arqueológico de que tanto nos fala Foucault. Desvendar o mistério das camadas; decifrá-lo enquanto nos devora. Este parece ser o melhor momento. Já não mais tão afeita a sistemas fechados de investigação, a análise do discurso volta-se para a própria língua e a forma como ela se dispõe. Suas faltas, alterações, elipses.

Não se trata mais da necessidade premente da utilização de uma grande teoria científica (toda ela um discurso universalizado) que sirva de filtro ou microscópio para o seletivo ingresso no mundo da linguagem. Porque a língua, malgrado intérpretes, já traz no bojo poesia e inconsciente. "Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar em outro." (1997: 53), independente de sistemas interpretativos.

Michel Foucault, em aula inaugural no Collège de France, em janeiro de 1976, parecia já vislumbrar esta nova ordem de coisas. Os estudos primavam por uma forma de abordagem bastante singular num mundo erigido sobre os pilares da ciência. Havia os conhecimentos ditos específicos, ou eruditos, e as memórias locais. A ambos Foucault denominou genealogias; verdadeiras antiências a travar combate com os saberes instituídos, ou seja, uma alternativa ao próprio discurso legitimado, ao próprio poder. Começava-se a perceber que além da sombra da verdade da grande ciência havia microrregiões de abordagem alternativa, que instauravam um saber legítimo, fora da legitimidade discursiva. Esta é uma das características mais frutíferas daquilo que se convencionou chamar de pós-modernidade. Perfurações no discurso universal em um mundo estilizado. Talvez a melhor forma de enxergar a História seja pelas imagens distorcidas desse espelho cubista.

Alteridade: O Discurso no Chão dos Homens

O Outro o que é? Alguém poderia responder que é todo aquele que não seja eu. Perspicaz e objetivo; também ingênuo. Um outro alguém talvez dissesse ser o Outro tudo aquilo que resulta de mim subtraído, e que não sou eu, numa operação de dois fatores em que o parâmetro é o sinal da diferença. Mais perspicaz; e quase. Um terceiro diria que o Outro sou eu e o outro e muitos mais além.

Gonzaga Jr. Provou ser adepto desse conceito quando disse ser "a gente tanta gente onde quer que a gente vá". Jorge Luis Borges percebia o Outro como um mosaico mutante, uma concentração de espelhos. Interessante partirmos de um latino por brasilidade não-latino, para

chegarmos a um latino não-latino por erudita filiação, e percebermos a tanta diferença entre não-latinidades e quanta semelhança no Outro de cada um. Ambos mais de si sabidos; sabidos mais também do Outro.

Ouçamos uma declaração abalizada.

"(...)O outro talvez esteja num certo sentido, ausente ou invisível, ou seja, negado enquanto tal. É o eu que aí se projeta, ocupa o espaço vazio que por vezes se designa como o lugar do morto.

(...)Sem dúvida, nós o percebemos imediatamente, temos dele uma experiência imediata, experimentamos sentimentos evidentes – amor, rivalidade – a seu respeito, mas são percepções e interpretações errôneas, tentativas de mascaramento. Acreditar que algo é verdade ou mentira condiciona nossa expectativa frente ao mundo, pressupõe idéias, noções, significações escondidas em nossas percepções ou sentimentos. Levar nossa reflexão mais adiante, nos conduz a crer que nossas suposições são representações."

(Serge Moscovici in Arruda, 1998: 8)

São exatamente essas representações que orientam a focalização do outro e mesmo à sua significância. A alteridade está no olho do observador, naquilo a que chamamos de senso comum.² Infere-se na vida cotidiana, no conjunto de valores, nas crenças e tradições. O outro é a medida ao mesmo tempo do que somos e do que está além do que contemos, a familiaridade e o estranhamento, a partilha e a exortação para o conflito.

Os metódicos estudos sobre o caráter fundamental das religiões para a configuração humana em sociedade produzidos por Durkheim e Levi-

² Esta partilha de significados postos, e aceitos como verdade,

bruhl; as pesquisas etno-antropológicas que balizaram o estruturalismo de Levi-Strauss; e mesmo a construção althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado, encontraram na idéia de alteridade um chão firme de possibilidades construtivas. Em maior ou menor grau, como constatação sócio-antropológica ou como produção deliberada de diferenças, a alteridade paira como sol a pino sobre as diversas teorias sociais. Temos ante os olhos não um determinismo, mas uma cadeia lógica de observação. O outro é o perímetro do homem social.

Moscovici, do alto da paternidade da teoria sobre Representações Sociais, que tem na alteridade seu objeto precípua, chega a afirmar que a racionalidade é antes de mais nada o produto inequívoco do homem coletivo, que, objeto-imagem, respira o aparato simbólico das representações do outro. (Moscovici in Jovchelovitch & Guareschi, 1994)

Percebe-se, pelo que foi exposto até aqui, que o reconhecimento do outro depende do sair de si e penetrar um mundo que não é necessariamente o espaço do *alter*, mas onde mora certamente sua representação. Neste sentido, a representação é o entre, menos ponte e mais rio: fluido, profundo, numerável, legível, ou inclassificável. Diluído. Mas sempre com um ranço de espera: o homem fora e ante o outro, a espreita, afoito de traços vistos ou de traços outros; sequioso de semelhanças e diferenças. Preenhe dos símbolos que herda e reproduz. Símbolos-célula da matriz dinâmica; e tão profundamente agarrados à pele como antenas, que o outro será a medida das conexões possíveis em ondas de freqüências semelhantes.

Esse entre que define a própria natureza das relações, tem na linguagem seu canal perpétuo. Fio que rege a força dos contrários; corda distendida entre penhascos. Vem daí a pouca ou muita coisa que

é o Homem. Para saber-se ou saber do outro é preciso estar no entre, onde reina a linguagem. Contudo, a lacuna entre o ser e o não-ser não a preenche a palavra, posto que a palavra é, ela mesma, a representação de uma lacuna.

Já que estamos no cerne da questão do signo como representação, e portanto lidando com a sua impossibilidade de ser, vale um mergulho maior neste abismo que separa o homem dele mesmo.

* * *

Eliane Robert Moraes, num interessante artigo publicado recentemente sobre o erotismo na literatura³, afirma que:

"Representação privilegiada do sexo, a palavra pornográfica acaba subvertendo sua função abstrata de signo para ganhar um corpo próprio que, no limite, substitui a presença de um corpo real. Ou, como observa Lucienne Frappier-Mazur, numa conclusão provocante também para nossa época de realidades virtuais: 'ao contrário das outras palavras: a palavra obscena não só representa, mas é a própria coisa'" (p.53)

Poder-se-ia dizer que certas palavras, mais que outras, cristalizam-se em matéria próxima aos objetos que representam. Há contextos que facilitam a transformação do significante em fetiche.⁴ Do texto percebe-se um apelo maior à ênfase que ao exagero, e não se contesta o peso tangível da palavra erótica. Mas mesmo aqui a lacuna exerce soberana

³ Revista Cult nº 30.

⁴ A palavra erótica, como exemplo extremo, não desfaz de significações semelhantes no que se refere a estereótipos calcinados, como aqueles que representam, e acabam por *ser*, a designação significante de abstrações envergando concretudes.

seu poder de abismo; porque ainda que o termo obsceno encurte distâncias, existe o fosso inexaurível do desejo. Aqui sim, chegamos pois onde a palavra é jogo lúdico e chancela de domínio.

* * *

A sedução é tema central de um texto apropriadamente sedutor escrito por Leyla Perrone-Moisés, intitulado "Promessas, Encantos e Amavios" (1998: 13-20). Nele, ela desvela as palavras, ou veste-as mais formosas, e diz serem elas, em si, sedutoras, por natureza. O jogo da sedução é acima de tudo um jogo de palavras, e o sedutor é invariavelmente seduzido.

O desejo, como não poderia deixar de ser, é via de mão dupla. Não que seja necessariamente compartilhado no jogo, mas há de haver secretamente em cada um dos jogadores. Somos seres de desejo. Essa afirmação já auferiu o *status* de axioma. A sedução, como alinhavo, é produto, fonte e perpetuação do desejo. A conquista é seu prêmio. Cabem aqui duas veredas, que, não paralelas, fundem-se constantemente, porque feitas da mesma matéria que trespassa o indivíduo e a coletividade.

A conquista no âmbito sentimental do desejo materializado é iníqua. Essa iniquidade é causada pelo próprio potencial de realização do sujeito. Tomemos a nudez como o objeto superior do desejo – trata-se obviamente de uma canalização arbitrária. Temos por excelência o fetiche que suscita a busca de um prazer que se pretende pleno e na amplitude do desejo despertado. Aí vai um espaço em branco além das palavras e dos sentidos, pois que o prazer mostra-se primorosamente aquém do desejo e sua espera. Somos bilhões de Tântalos no Hades meio que inconscientes do nosso castigo eterno.

A outra vereda é a do desejo que nos habita incondicionalmente; que nos suplanta; que é extensão nossa e mesmo nossa condição de estar no mundo. Nele, a sedução toma ares de jogo nebuloso ou exageradamente lúdico; as palavras costumam vir marcadas, e os que fazem as regras normalmente gozam do privilégio da conquista. Leyla Perrone-Moisés trata de um aspecto fundamental da sedução: ser o caminho que almeja a satisfação do desejo do outro. Esta designação altruísta, que não deixa de ser uma intenção egótica, é a chave mestra no jogo da sedução. O caso, no entanto, é que a "satisfação do desejo do outro" torna-se o motor de uma manipulação. Este ponto inicia o que nos interessa:

Eros, Tanatos, desejo, sedução, mito, palavra, habitam o homem e o lugar de sua ausência. Recolhem entre a lucidez angustante e a demência coletiva a tirana essência da solidez inexistente, que obriga a todos, e a cada um em seu espelho, a partilha do fado que não permite ao íntimo, sequer, a compreensão solitária, que o esmagaria, se não houvesse, na próxima esquina o, como ele, abjeto outro, que divide, entre todos, o fato inequívoco de que as idiosincrasias são jorros invisíveis ante a imponência das forças que o reduzem, e fazem medrar o imo como vasto limo sob os auspícios de úmidas sapiências.

★ ★ ★

Sandra Jovchelovitch (1994: 63-85), num texto que aborda as Representações Sociais e a Intersubjetividade, explica que no jogo das manipulações discursivas os totalitarismos surgem e se fortalecem na medida do refreamento e da negação do outro. O processo se dá pela obliteração do desejo alheio e recrudescimento do desejo íntimo, materializado em valores como Pátria, Nação e Território. Fecha-se a

concha do Estado (como que dimensionando ao cubo o exíguo espaço bachelardiano), e concentra-se nela tanto a solidez interna de um bloco puro, quanto a força centrífuga que legitima a quebra de fronteiras. Bastam para tanto um discurso sedutor e um povo orgulhoso de história e tradição.

Os exemplos óbvios dispensam apresentação. Mas o que dizer de uma obviedade explícita, e por isso mesmo mascarada pela própria naturalidade de sua existência? Fala-se do totalitarismo do desejo. Fora dele não há salvação. Mostra-se nos exaustivamente a clara e comum impossibilidade de um meio humano além dos muros deste império. As conseqüências de uma tal ordem de coisas é mais séria do que uma análise superficial poderia vislumbrar. Cornel West, tratando da questão de raça nos Estados Unidos, alerta-nos para uma situação de conflito constante; que não diz respeito somente à discriminação negra na América, mas a toda e qualquer condição atual que defina o outro como diferentemente inferior. E ele não nos fala tão somente do aspecto raça, que na estrutura social norte-americana é o ponto nevralgico; West coloca a questão ao nível das diferenças estabelecidas pelo poder de realização do desejo manifestado no consumo.

Não é necessário discorrer sobre o papel do discurso midiático, ou sua confirmação velada (e às vezes não tanto) no discurso político. O que importa para o autor é chamar a atenção para um problema que ele considera atualmente estrutural. Mesmo referindo-se especificamente à comunidade negra norte-americana, não é exagero estender suas conclusões para aqueles grupos que, vivendo em sociedades que partilham uma visão de mundo centralizada no mercado, não encontram portas abertas no sistema. A palavra definidora é nilismo. Ouçamos West.

"O nihilismo não deve ser compreendido aqui como uma doutrina filosófica segundo a qual não existem fundamentos racionais para normas e autoridade legítimas; ele é, muito mais, a experiência de viver dominado por uma pavorosa falta de propósito, de esperança e (acima de tudo) de amor. O resultado aterrador é o desligamento e a insensibilidade em relação às outras pessoas e uma índole autodestrutiva em face do mundo. A vida sem significado, sem esperança e sem amor gera uma perspectiva fria e mesquinha, que destrói tanto o próprio indivíduo quanto os demais." (1994: 91)

O aspecto excludente da alteridade é uma constante na história social. O caráter diferencial dos grupos humanos sempre foi utilizado como fonte de conflito e de estabelecimento, no sentido de que tudo aquilo que exclui pressupõe homogenia interna. De há muito a coerção tem na palavra um aliado estrutural. A linguagem direcionada a um certo fim costuma manter coesa uma ordem determinada. A singularidade do discurso coetâneo, é que em um dado sentido ele é universal; não porque um determinado império imponha pela força sua verdade, mas porque a verdade naturalizada do discurso atual penetra a alma das palavras comuns; aquelas perpetuadas pela tradição. Talvez seja este o ideal de toda bem urdida estrutura discursiva: agrihoar por dentro das casas e das vidas, sem ferros expostos, sem força e sem dor.

A idéia de equidade harmônica suscitada pelo discurso é absolutamente falsa. Ele alimenta-se primordialmente das diferenças como condição indispensável para continuar existindo.⁵

⁵ "A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia voltada para o lucro, que precisa de

⁵ Este é um ponto fundamental para a compreensão dos mecanismos do discurso: equanimizar a heterogeneidade.

forasteiros para compor um excedente de pessoas. Como membros de uma economia desse tipo, *fomos todos programados para reagir às diferenças humanas entre nós com medo e desprezo*, e para lidar com elas em uma destas três maneiras: não fazer caso delas e, se isso não for possível, copiá-las se as julgarmos dominantes ou destruí-las se as considerarmos subordinadas. Mas não possuímos critérios para nos relacionar como iguais através de nossas diferenças humanas. Em consequência, essas diferenças foram rotuladas e empregadas erroneamente, no interesse da separação e confusão." (Audre Lorde apud West, 1994: 79) Grifos meus.

Pode-se dizer que essa "programação" soa um tanto paranóica; que seguindo por esta linha de raciocínio acaba-se enveredando por maquiavelismos inconcebíveis. A questão não é necessariamente esta. O discurso não é um plano mirabolante de abrangência planetária. Mas não se pode negar que a História é um compêndio de dominações, e que tais dominações, não importa em que âmbito, nunca prescindiram de um respaldo na linguagem, de uma justificação simbólica. Todo poder conquistado pela força passa invariavelmente pela legitimação no discurso.

A alteridade é um fenômeno inerente ao homem. Uma percepção universal que nos confere a própria condição de racionalidade. Toda e qualquer cultura constrói mecanismos e *elege* categorias para apreender, classificar e pensar o outro. No entanto, *não* as formas dessa apreensão que nos permitem observar *seu grau* de intencionalidade. Paula Monteiro nos assevera que "estudos pontuais parecem indicar que uma das particularidades dos esquemas de pensamento ocidentais é a de conceber o Outro como inferior com a finalidade específica de submetê-lo. (...) O discurso eurocêntrico sobre o Outro está voltado para a justificação da necessidade de dominá-lo." E arremata:

"A história do Ocidente nos oferece muitos exemplos desse tipo de consciência: a expansão das civilizações gregoromanas, os descobrimentos ibéricos, a formação dos grandes impérios coloniais e, hoje, a mundialização, são momentos particularmente interessantes para capturar o modo imaginário como o Ocidente concebeu poderosas imagens para o aprisionamento do Outro em posições de inferioridade. Em todos esses momentos proliferou uma interrogação jurídica, teológica e/ou filosófica que procurou legitimar a submissão do diferente." (Monteiro in Novos Estudos / CEBRAP, nº 49)

Inegavelmente, é um fato que o hemisfério ocidental tenha subjugado ao longo das eras os povos e culturas que não se comparavam da sua semelhança. Houve sempre a intenção de estabelecer-se diferencialmente superior ante as sociedades "de fora", e mais que isso, fazer entender a tais sociedades o quanto de verdade há nessa afirmação. Daí o significado histórico do desfile de signos que nos atravessam e ganham em legitimidade simbólica o que perdemos em arbitrariedade pejorativa. Bárbaros, pagãos, selvagens, primitivos são significantes cujo peso semântico está menos na Lingüística que na História.

As coisas não são diferentes nestas plagas. Nem imagino que poderiam ser. As engrenagens da cultura que nos moldou obedecem em certos aspectos aos mesmos padrões de funcionamento. Não é difícil perceber os mecanismos que forjaram o Nordeste brasileiro como ele é concebido no discurso regionalista. Os exemplos europeus de dominação foram suficientemente bem compreendidos e herdados para que pudessem gerar filhos com a mesma complexão.

Palavras Cunhadas em Argila

A realidade experimentada é um fato concreto ao nível dos sentidos, e embora esse dito seja irrepreensível, existem fatores condicionantes que não retiram do real sua carga subjetiva, mas envolvem a realidade numa trama exógena de fios que forjam sua representação, de modo que o sujeito percebe e vive e experimenta *uma* realidade que é não o entendimento imediato e natural da seiva circundante, mas sim, e antes de tudo, a produção artificial dessa seiva em cores e sabores objetivamente definidos.

O homem constrói representações porque isto é somente o que lhe cabe. É o seu limite e sua essência. A questão é que não basto, ele intenta o coletivo. Produz ou toma o que não tem; senta-se à terra e desenha círculos; cria valores e cercas; arrebanha-se e partilha destinos; classifica e cataloga o diferente; manufatura um passado comum entre fronteiras; incita à frente e canaliza seus iguais; Dá-se às nações.

Um tal processo é produção deliberada; construção histórica. Diz respeito a dar-se forma e ritmo à forja da realidade habitada. Os alicerces de uma nação, fincam-se sobre um solo prenhe de escritos e relatos que não são ela, mas fazem dela que ela seja o que ela é. O peso de verdade é comumente atribuído a registros ditos especializados que versam sobre algo tido por desconhecido ou ignorado. Atente-se para o que diz Edward W. Said.

"Um texto que pretenda conter conhecimento sobre algo real (...), não é posto de lado com facilidade. Atribui-se-lhe conhecimento de causa. A autoridade de acadêmicos, instituições e governos é-lhe acrescentada, rodeando-o com um prestígio ainda maior que o que lhe é devido por seus sucessos

práticos. O mais importante é que tais textos podem *criar*, não apenas o conhecimento, *mas também a própria realidade que parecem descrever*. Com o tempo, esse conhecimento e essa realidade produzem uma tradição, ou o que Michel Foucault chama de discurso, cuja presença ou peso material, e não a autoridade de um dado autor, é realmente responsável pelos textos a que dá origem." (1996: 103) Segundos grifos meus.

Nas últimas linhas do excerto acima, Said chama a atenção para um fato particularmente interessante: Chega um momento em que o discurso começa a caminhar com as próprias pernas. Neste caso temos que um novo texto acrescido à tradição passa a ser produto não de um autor específico, mas resultado da própria dinâmica do discurso, que representa em última instância a palavra final da realidade.

Dadas as generalidades, ora é pertinente um brevírio em nossa casa. Parece-me conveniente começarmos no tempo em que a elite imperial resolveu construir a história brasileira. Quando arrefecida a tempestade pós-independência, embora ainda não chegado o tempo da bonança, o império acautelou-se em construir uma história para o bem recém-nascido país escravocrata e dependente; mas agora um país, de posse de uma nação cujo futuro haveria de ser orgulhar-se do seu manto. Papel predominante teve, informa-nos Demétrio Magnoli⁶, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB. Com representação em diplomatas, cientistas, intelectuais e escritores, o aparelho imperial lançou mãos a separar joio e trigo, que ao Brasil urgia o ser compendiado.

A empreitada coincidiu com uma dádiva de nome Romantismo. Contudo, há muito menos coincidência, que racionalidade objetada

para a consecução de um projeto. O período romântico surgia ocidentalmente como resposta a um cientificismo já mal das pernas ante uma burguesia rica, palaciana e ignorante de si mesma e do mundo que produzia. Nada melhor para um país em busca de um espelho, e uma nação sequiosa de tempos memoráveis. Ainda Magnoli: "O romantismo enraíza nas tradições imemoriais – num passado tão remoto e misterioso que só pode ser apreendido pelos sentimentos, pela afetividade e pela emoção – a comunidade de destino sobre a qual se ergue a nacionalidade." (idem.)

Esse apelo à memória coletiva, ao passado comum, aos feitos e heróis de que se faz orgulhar uma nação, dá ao historiador, ao crítico, ao escritor, um poder excessivo diante de um grande desejo desperto: a identidade compartilhada e construída sobre os escombros de um passado heróico. Mas, se na Europa havia a Idade Média a recorrer, primórdios de nações a celebrar; no Brasil não havia nada além do que ele mesmo e uma grandemente destruída tradição ágrafa. Não por isso. Tinha-se a natureza, o gentio e uma herança medieval de empréstimo. Sem mais ingredientes, ressuscitaram os cronistas, alguns ditos valorosos índios; adicionaram-lhes honra e valores feudais num cenário exuberante, e feita estava a epopéia das raças: o espaço harmonioso de arquitetos mortos e vivos orgulhosos. Cabia à nação celebrar o Brasil; que agora, livre, possuía história. Foi dessas cores o primeiro período romântico brasileiro. O início de uma longa jornada em torno da "astúcia das palavras".

Datam ainda desta época os desdobramentos do nacionalismo romântico. Consequência previsível da tradição construída em busca de uma identidade comum; o conhecimento das vastidões territoriais, suas nuanças e singularidades, fronteiras naturais e hábitos de vida diferenciados, passaram a ser questões de importância crucial. Era

⁶ "Redescoberta do Brasil", in Revista Cult, nº 33

preciso ter-se idéia do quão grandiosas faziam-se nossas diversidade e união, apesar e além delas.

Mas o caso é que ao redor e por entre todas estas elaborações textuais havia a mão hegemônica de uma ideologia dominante, que cercava as cátedras, as diplomacias e mesmo as criações literárias. Não necessariamente tanto as criações, que se há de dar-lhes seu maior quinhão de liberdade; mas inevitavelmente delas uma apropriação vezes muitas distorcida e devidamente direcionada.⁷

O período era também de conflito entre forças tradicionalmente donas e fortes novos donos à cata de tradição. Nada que pudesse determinar mudanças estruturais. Apenas uma inversão nos polos de gravidade. A agricultura, uma balança ao centro. O peso do café descendo o prato ao sul; a garapa da cana acima leve ao norte. Girava em novo eixo a economia brasileira, mas não sem que o norte iniciasse a construção do nosso maior sofisma.

A Mítica construção da Indefensa Terra

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais

⁷ Exemplo típico, para ilustrarmos apenas um, deveras satisfatório, diga-se, apesar de anterior ao tempo com que lidamos, foram as manipulações feitas no *Uruguay*, de Basílio da Gama: deturpando aleitura da obra de tal forma, que o aulicismo sem pelas findou por transformar-se em épico indígena. Que nos esclareça Ivan Teixeira e seu instigante *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*.

rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto.

(Antonio Gramsci, "A Questão Meridional")

Terra - um espaço extenso entre meridianos e latitudes. Nela fincam-se os homens, as ações, a técnica. Nela põe-se tempo e trena. Dá-se a história. Nela, havendo já quem a cultive, onde houvera e há senhores; houve e haverá poder. Com ele, invariavelmente, o discurso. Em anos, eis que um observador, não tão longínquo, arma-se das ferramentas necessárias. Garimpa os sedimentos e, se não dá respostas, encontra indícios de que o homem é construtor de um espaço não passivo, em que os elementos se imbricam para produzir riqueza.

Se tomarmos qualquer região em qualquer tempo os aspectos constitutivos descritos acima surgem de uma forma ou de outra como articuladores do processo histórico. No entanto, o nosso foco é específico, e já dito. O lugar de que se trata é aquele a que se convencionou chamar Nordeste. Território brasileiro das primeiras pegadas não descalças. Perímetro geo-politicamente determinado, idealisticamente concebido e discursivamente construído.

Vem de meados do século XIX o início de uma articulação preservacionista no que se refere a um conjunto de relações de dominação desenvolvido ao longo de três séculos. A porção nordeste do país, tendo em torno aos canais produzidos seu sustento e seu poder, inicia por vivenciar o declínio de uma estrutura julgada sólida e perpétua. Datam desse período as primeiras vigas da construção de um discurso de identificação regional: que o tempo desenvolveu e procriou, a ponto de tornar o espaço um ente indissociável do imaginário social.

As palavras Região e Regionalismo, tanto mencionadas, são conceitos imprescindíveis à compreensão do processo constituído pelo discurso. Segundo Maura Penna (1992: 20), a primeira diz respeito ao espaço, institucionalizado ou não, que apresenta aspectos sociais característicos, orientados por um processo econômico determinado. Sendo assim, trata-se de conceito fundamentado sobre uma base territorial, mas que inclui um conjunto de representações políticas e de classe; constituindo uma estrutura ideológico-cultural específica.

No Regionalismo o conceito se desdobra em "processo que torna o espaço *significativo*" (idem, p.19). Ou seja, o conjunto das representações ultrapassa a noção de limite territorial e adquire um sentido aglutinador entre espaço e identidade social. Território e sociedade se fundem num mesmo discurso, que forja um caráter reivindicativo de identificação.

O discurso regionalista é, portanto, o principal responsável pela caracterização do Nordeste como é conhecido. Interpretado é palavra mais coerente. A visão oriunda dos artifícios desse discurso sangrou dos limites do seu espaço e tornou-se a interpretação real, e mesmo natural, do que *seja e represente* a região Nordeste. Institucionalizou-se o feitiço, sem que tenha o feiticeiro auferido dele grandes méritos.

Nossa história remonta, como já foi dito, a meados do século XIX. De lá, quando a estrutura social postada sobre os canais se vê ameaçada pela crise econômica dos engenhos de açúcar, a oligarquia da terra obriga-se a reivindicações; e põe-se em oposição ao sul dos cafeicultores (Um sul sem delimitações além do discurso). Na época, a noção estadualista do espaço, devido a própria composição das fronteiras agrícolas e do quinhão de poder estatal estabelecido em cada um dos territórios, adquire uma abrangência então conveniente. Falava-se em "Províncias do Norte", com tudo de generalização que esta expressão pode tomar. Baldeava-se da Bahia ao Amazonas. Mas conforme a mesma Maura Penna, citando uma pesquisa realizada por Rosa Maria Godoy Silveira (1984), o território compreendia tão somente "a zona agroexportadora dependente do mercado de Recife" (ibidem, p.23). No caso, as terras que iam de Sergipe ao Ceará.

Esse discurso regionalista, cravado na crise⁸ da economia agrícola açucareira, traz no bojo uma compleição real de referências, enquanto mascara um naco expressivo e inequívoco de realidade. O país atravessava realmente uma mudança relevante; ao menos no que se refere a vetores econômicos.

A porção agrária representada pelos agentes da elite regional tinha consciência de que as denominadas Províncias do Norte perdiam a cada dia a importância no cenário nacional. Este quadro desdobrava-se num outro de cores ainda mais sombrias. Dada a realidade dos fatos, o que

⁸ Marilena Chauí vem de há muito utilizando a noção de crise para explicar a própria essência do regime capitalista. Neste caso, os problemas que o capitalismo suscita passam a ser o próprio dinamismo da existência do sistema, no sentido de que ele se alimenta de resolvê-los.

estava sob ameaça era o regime de trabalho e exploração. Em outras palavras, estava em jogo a própria estrutura de um sistema secular, e tudo que ele instituía de natural e perpétuo. É neste ponto que o discurso constrói sua falácia. Transforma as heterogeneidades intra e inter-regionais em um bloco homogêneo de crise econômica, tornando o todo destituído de partes distintas, e inaugurando o veio que propicia a formação do estereótipo regional.

O sul, tomado como contraponto, representa a face responsável pelo desequilíbrio. O norte passa a reivindicar sua posição "usurpada" de centro das atenções nacionais. Para tanto, levanta o argumento da superioridade regional "sobre outros espaços (por vantagens históricas, econômicas/comerciais e de ordem física)" (idem, p.24). A esta altura a região já fala em primeira pessoa, e os "nortistas" encontram-se unidos na luta por uma mesma causa. Dê-se ainda à Maura Penna a palavra final sobre o efeito pretendido por essa simbologia discursiva:

"Criar uma coesão com a classe dominada regional, uma vez que, sendo a natureza das relações sociais, políticas e econômicas transferidas para a região enquanto entidade, são ocultas as divisões sociais, e a noção de crise age como mobilizadora, pretendendo unificar, diante do perigo, interesses e destinos." (idem, ibidem.)

O discurso regionalista é claramente dinâmico. Ao longo das décadas ele vai se aperfeiçoando, adicionando um novo sistema simbólico, adquirindo formas renovadas. Para isso contribuem os analistas da "realidade" regional. Pseudo-cientistas, evolucionistas, deterministas, positivistas, e outros tantos que derivam ou não de outros ismos. O rol é extenso, e não cabe aqui relacionar nomes e obras que são de fundamental importância para nossa historiografia, se o espaço não

permite uma análise coerente de cada uma delas, se qualquer critério de escolha soaria arbitrário, e, finalmente, se foge ao escopo deste estudo um aprofundamento rigoroso da história do discurso regionalista.⁹

O mais, é que sedimentos foram sendo depositados no terreno antigo, e as crostas foram-se superpondo, até chegar onde realmente nos interessa: os tempos regionais ao redor de 1930.

É no decorrer dos anos 20 que o regionalismo nordestino ganha realmente ares de deliberação explícita: no movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freyre (particularmente o manifesto de 1926), e principalmente na sua obra: e na descrição-denúncia de um outro nordeste, formalizada por Djacir Menezes. São ambas visões calcadas na tradição. Freyre tenta descrever a matriz agrária e patriarcal do povo brasileiro, construindo uma apologia da Casa Grande, em que se evidencia um saudismo revigorante para o discurso regionalista nos seus primórdios. Já Menezes prefere lidar com o Nordeste pecuarista e algodoeiro, evidenciando seus lances de banditismo e de miséria, num terreno devastado pela seca e pelo coronelismo. Tais interpretações, aparentemente discordantes, exacerbam no discurso preexistente, tingindo-o de matiz científico, o aspecto anacrônico que há muito já servia de rótulo ao espaço físico-social da região.

O discurso regionalista produzido ao longo desse tempo, pelo seu caráter dinâmico, foi atingindo novas esferas ideológicas de percepção da realidade. E no decorrer desse percurso o Estado foi tomando diferentes medidas de acordo com a constituição das nuvens e o

⁹ As referências bibliográficas deste trabalho trazem parte significativa das obras e autores que ajudaram a construir o que aqui chamamos de discurso regionalista.

trejeito das palavras. Mas não nos pertence este depois. Aqui nos interessa o 30 e o derredor, porque este é o ano de referência para as muitas mudanças, que trazem à tona os processos de centralização estatal e regionalização literária.

Um Preâmbulo Ficcional

O regionalismo na literatura tem início no período romântico. Por razões já abordadas, era imprescindível evidenciar a diversidade brasileira como característica positiva de identidade cultural. Ao Romantismo, como catalizador da manufatura de uma tradição nacional, coube empunhar a bandeira das idiosincrasias regionais num território unificado em dimensões de continente.

Evidentemente, o romance regionalista, no sentido aqui abordado, não encontra significação nas obras ditas regionalistas de José de Alencar. Se deixarmos de lado as características de estilo, que em última instância não são realmente definidoras do regionalismo na literatura, e tomarmos como parâmetro a intenção autoral de produzir relações entre a realidade regional e uma ficção que a represente, talvez, e com algum esforço, tenhamos em Franklin Távora um precursor da literatura regionalista. Notadamente "O Cabeleira", romance do último quartel do séc. XIX. Digamos que um regionalismo incipiente e ingênuo, porque essencialmente romântico, mas que trouxe à luz da arte literária todo o arremedo simbólico daquilo que exaustivamente chamamos de discurso regionalista. Numa época em que tal discurso estava ainda a idealizar sua forma representativa.

Távora foi crítico contumaz da obra de Alencar, acusando-o principalmente da falta de conhecimento das regiões sobre as quais

escrevia. Para tanto, propunha uma Literatura que traduzisse fielmente os cenários regionais. Já havia o debate maniqueísta promovido pelas Províncias do Norte com relação ao Sul cafeeiro. E o escritor, também político, ajudou a deflagrar tais idéias. Falava nas peculiaridades do Norte e dos nortistas, e na necessidade de que estas peculiaridades fossem expostas e defendidas. Por isso, como cearense, queixava-se do contrâneo Alencar pela sua espontânea filiação à Corte.

"O Cabeleira" foi publicado em 1876. Távora era um escritor preocupado com a objetividade dos fatos históricos; e foi na História que ele encontrou seu tema. O personagem título do romance chama-se José Gomes. Viveu entre as décadas de 60 e 70 do século XVIII, principalmente na região das matas em torno dos rios Tapacurá e Capibaribe. Causava terror à população. Atuava em companhia de seu pai, Joaquim Gomes, e seu amigo, teodósio. Uniam-se ao pequeno grupo, não raramente, malfeitores solitários, formando bandos por vezes expressivos, cuja finalidade era tomar de assalto as cidades da região.

Analisar este romance não está na alçada do nosso intento. Dar algumas indicações do seu enredo, sim. Porque ele representa, apesar da livre imaginação do autor, a indicação histórica de acontecimentos que são obviamente precursores do que um século depois passou a ser conhecido como Cangaço.

É importante a existência de um tal romance, principalmente pelo que ele tem de corroborar com um discurso regionalista em floração. O Cangaço é apenas uma face do prisma semiológico que o Nordeste se tornaria com o decorrer das adições. Um prisma cuja luz refratada havia que se "decifrar". E este é um ponto crucial. O discurso gera descendentes, e eles se espalham, e crescem, e voltam, pejados de um

imaginário renitente. Além das fronteiras, o espaço se alastra com seus signos, e cava sulcos, até florescer na tradição das gerações que chegam. Estas já trazem no bojo os conceitos impressos. Qualquer visão se turva, quando o que a produz é o próprio sistema simbólico que se pretende perscrutar.

A literatura Regionalista, como ficou conhecida, tem esse precursor distante no Romantismo. Contudo, após um período longo de incubação, ela surge revigorada, mais madura, colhendo os frutos do Modernismo de 22. Aquilo que havia sido a convulsão, a efervescência, transformara-se em quietude maturada. Disposta à denúncia, mas sem arrubos. O entrave era o que havia dentro. Os signos incrustados. Expondo-se ao leve toque dos pensamentos. Os escritores e obras regionalistas que ora analisamos, são de indiscutível valor literário; e nada há que se lhes tire o cerne. A questão crucial é que o espaço está inelutavelmente, e nele o discurso deflagra o ser e o outro. O homem e a palavra são um só. O mais é infinito. O escritor faz cortes, se livra dos signos de peso morto. Mas não pode cortar na própria carne.

O Amargo é Cinza

"(...) (O massapé) Foi a base física não somente de uma economia ou de uma civilização regional, mas de uma nacionalidade inteira."

(Gilberto Freyre, "Nordeste")

Mesmo tendo Antonio Candido falado apropriadamente da estrutura triangular de "Fogo Morto", parece-me necessário acrescentar o que há não só neste romance, mas de uma certa forma e em diferentes gradações está presente em toda obra de José Lins do Rego; que é seu aspecto insistente de circularidade. Poder-se-ia falar de um sentido espiral indo sempre e inevitavelmente de encontro à realização de premonições nefastas salpicadas pelo narrador por entre os ditos que contam dos seres e das coisas que gravitam em torno destes mesmos vaticínios.

Não se trata de simples suposições a respeito de uma obra que será dita fundamentalmente monotemática. Não é o caso de pobreza matricial ou simplicidade estilística; duas falácias a respeito de uma elaboração mais cuidadosa do que se costuma avaliar. O fato é que José Lins do Rego mesmo quando sai do *habitat* em que caminha evidentemente com maior desenvoltura - seu solo vermelho de povo moreno e olho amarelo; não deixa de levar consigo o que nele parece uma obsessão: as vidas de encontro à decadência irreversível e inevitável. Vale dizer, não aquelas cuja degradação se confunde com a existência; mas aquelas de

cujo seio descende o próprio autor. Sejam senhores de engenho, herdeiros citadinos, ou bem sucedidos homens de negócio. A identidade não está no ofício. Ela mora no lugar das classes.

Mas não sejamos severos com Lins do Rego. Nele está o conflito dos que têm na solidariedade humana a confiança profundamente abalável de quem assiste do proscênio a raça corromper-se. Mas que não haja também a hipocrisia de identificá-lo com os não eleitos. Tomemos o homem como o que ele era. Abastado de um mundo em decadência. Decadência esta que entranhada nele, não lhe larga a obra. Assim, mais justiça faz-se ao escritor, e mais forte viceja o seu legado.

Quanto a "Fogo Morto", é ponto pacífico considerá-lo a obra-prima de José Lins do Rego. Alfredo Bosi chega a afirmar que é nesse romance que o escritor consegue verdadeiramente suplantar as reminiscências que são o fulcro das obras que compõem o chamado ciclo da cana-de-açúcar, e estabelecer a necessária transcendência de personagens que atravessam a angústia de um tempo em deterioração. (1994: 399). "Fogo Morto", além do memorialismo usual de Lins do Rego a contar dos destroços de uma civilização – termo caro ao amigo Gilberto Freyre –, rasga também as almas: mostra as marcas de rebocos já caídos, paredes em ruínas, algo da dignidade puída que insiste em permanecer enquanto tudo mais perece.

O triângulo a que se refere Antonio Candido é formado pela estrutura trina do romance, cujos vértices são o Mestre José Amaro, o Coronel Lula de Holanda e o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha. Este último, espaço partilhado, transita entre os dois outros mundos. Singular, burlesco, imenso; tem algo de Dom Quixote, de maior que o mundo em derredor. Apare numa mão a pompa ridícula dos decaídos, e na outra a ingênua nobreza de sentimentos. Puro e caricato. Herói e bufão. Mas tomemos de mão primeiro o mestre Amaro.

No silêncio da tarde, do banco onde couro e sola viram sela, mestre José Amaro olha o mundo. A casa atrás um naco de tamanho, a terra à frente um quinhão de infinito. Mestre Amaro é homem decidido. Sabe que de seu nada possui. Fala a todos, tom desaforado, a vida lhe pertence. O senhor da narração não teme dar a mestre Amaro um tanto de autonomia. Mestre Zé tem fibra. Canga não lhe põem. Os outros que queiram a sua, porque todos querem. Ele não. É amigo do canário. O mesmo canto em mesma hora ali pertinho. O mestre bate no martelo, molda a sola. O canto para, ele também. Canário voa. Amaro volta. Tem do mundo aquilo mesmo. O martelo soa, amanhã canário vem. Mestre Amaro na gaiola.

Tenha um muro em retângulo. Um espaço seu sabido palmo a palmo. Passe cerca na metade. Transite só no meio lado. Mesmo sendo em todo seu o muro, o espaço comprimido é a certeza. Não há mais que ele. O além, por mais que seu, não lhe pertence. Zé Lins confina assim a liberdade em todos os quadrantes. A posse é relativa. Amaro, enquanto nada tem, conta-se livre por nada ter.

Não há porque terras e mando. Sempre há de haver quem mande mais. Mestre Zé não permitiria que se lhe tirasse algo de seu. De que vale suar na terra, tomar gosto pelo chão, transformá-lo em boa safra? Sempre haverá alguém cujo poder transforme todo esforço em nada. Mestre Amaro não *quer* terra. A auto-consciência esmagadora do não poder tê-la, imprime-lhe definitivamente o não desejar possuí-la. (1987: 482)

A terra em "Fogo Morto", como em todo âmbito em que o açúcar produziu letras, é o nervo da existência. Sobre ela as construções, as trocas e a vida em decorrência. O poder medido pelo tanto de mundo que cercas abarquem. Tudo engolido pela cana-de-açúcar. Em redor a

vida dependente. Todas as relações espremidas na moenda. Todos os sabores entre o doce e o amargo; entre fogo, fofalha e cinza.

Mestre Amaro, a noite alta, vagueia por caminhos que ele sente dele. Encontra um e outro, cumprimenta. O vento frio, os cheiros variados. Ele tão despossumidamente dono. Vai feliz. A lua, o rio. Dentro e seu o coração tão donatário. Mestre Zé em casa tem esposa e filha. Essa calada, aquela indiferente. Ele não sabe bem em que conta tem as duas. O amor em casa dele é de outra ordem. De longe, cedo, vem tilintando em sino o poder próximo. Seu Lula em seu cabriolé mais a família. Vai à missa dono do chão que mestre Amaro pisa, dorme e come. O seleiro conversa como não se curva, como com ele há que se ter respeito, que é dono do seu trabalho e da sua vida. Seu Lula passa à frente, ele levanta, tira o chapéu, cumprimenta. O cabriolé vai longe, e mestre José Amaro corta couro e diz não dar o pescoço à canga.

O coronel Lula de Holanda chega à vila. Toda pompa e circunstância, ele, esposa e filha; joelhos sobre as almofadas. A humildade ante o Senhor. Todos sabem que o engenho Santa Fé já não dá nem um quarto do que dera quando nas mãos do pai de sua esposa. Todos sabem que seu Lula quase que tomou o engenho da sogra, desgraçou-lhe a vida, a matou aos poucos. É cediço que o coronel Lula de Holanda mandava bater em negro seu como por prazer. Mas vai longe esse tempo. Hoje o coronel Lula é tido como doído. Sem poder. Com a nobreza inacabada nele, e que há muito fora dele já extinta. Um orgulho de não dar a filha em casamento a nenhum daqueles "camumbembes" que o cercam. Pateticamente postado entre a loucura e as crises epilépticas.

A casa grande após a abolição pusera-se um deserto. Um negro sequer não quis ficar no Santa Fé. Os santos cada dia mais presentes. Seu Lula em reza. Dona Amélia vez outra recordando o tempo de seu pai. Aquilo

fora engenho e casa quando capitão Tomás lidava com aquelas terras. Mesmo Olívia doida a um canto – e, parece, ares de engenho davam muito a endoidecer moças donzelas –, a casa de purgar funcionava, o mel na tacha cheirava forte, os pães de açúcar luziam a um canto, a pele dos negros também luzia, a cana dançava ao sabor do vento. Agora era o bolor e o silêncio. Nada interessando ao marido além dos santos. Uma entrega prostrada de quem já perdeu em vida a última centelha.

O capitão Vitorino Carneiro da Cunha mora mais por entre as casas, nas estradas, entre um engenho e outro, um povoado e uma vila. Passa montado na velha égua, coberta de feridas. A molecada grita "Vitorino papa-rabo", ele se enfurece, espora a montaria machucada, quase cai, quase arrebeta com a vara a cabeça de um dos moleques. Segue firme. Tosco, amarfanhado, praguejante. Todos o sabem. Um velho coração puro. Metido até os ossos em política. Oposicionista ferrenho. Compadre do mestre José Amaro, primo do coronel José Paulino. Nem tido, nem havido, e parente do maior chefe político da região, dono do maior engenho. O capitão Vitorino vai da cozinha à sala no mesmo passo, com o mesmo orgulho. Não baixa a cabeça, não se submete, a todos enfrenta. Ninguém o leva a sério.

Estas são as vidas, e todas em redor, de onde brota a seiva em "Fogo Morto". Erguidas do massapé como os canaviais. Cobertas de terra e lama e chuva e verdes ares. A chama na alma e nas fofalhas. Nada à frente como um horizonte radioso. Um não contentar-se, um satisfazer-se com não ter o quê. Meio que colhidas como a cana, o narrador as vai distribuindo entre os espaços. Os modos no Pilar. A autoridade instituída. Juiz, delegado, ordenança; figuras proeminentes: aquelas que estão entre o poder desposuído e a gente expropriada. O mandatário cavalga o Santa Rosa. O povo esperta a tudo em tudo fala em torno. Vive a desdita e a delícia de espisar e comentar a vida e a

morte. Antônio Silvino paira sobre todos. Herói, bandido, e carne e osso quando surge à entrada de qualquer uma entre tantas existências. Depois o dito, o certo, o errado, e o mito, ainda em vida.

Há um sobreposto triângulo parece-me fincado mais profundamente que o primeiro. Mais apropriadamente dito posto, que geometricamente armado sobre o espaço. Não que as perdas e sonhos individuais sejam de menor valia que a terra que os ampara, acolhe e cospe. É que corre nas veias, sobre e entre as almas, mais um caldo sujo e doce que mesmo o sangue que entorna em vezes de mortes não morridas. Tem-se o Engenho Santa Rosa, a Vila do Pilar e o Santa Fé. O primeiro, obsessão do menino José Lins, do mesmo Lins adolescente e do maduro homem. A perene ubiquidade de uma alma preenhe daquela nostalgia que tão profundamente Camus define na plenitude de quem desconhece o signo saudade.

O Santa Fé e o Pilar; aquela tênue linha entre a ostentação de uma decadência e as famílias tantos braços do e pelo Engenho, como se de uma mesma árvore raiz e galhos em círculos se confundissem, e fossem, ao fim das contas, a uma essência de uma mesma estrutura. Vidas aplacadas pela terra. Vastas e íntimas. Fechadas na imensidão. Prisioneiras da palavra ante o espaço aberto. As personagens contidas em um tal triângulo percorrem as passagens compostas em meandro; como veredas abertas em caminhos multiplicados. Elas germinam e brotam e se decompõem, e de novo germinam e brotam infinitamente; e removem a terra, enriquecem o solo. Assistem a tudo em derredor. Atuam e aplaudem. Não dirigem. Mas há nelas algo inatingível. Algo etéreo, inviolável. Alguma coisa de real que não se prende.

O mais é o discurso. O carcereiro onipresente. Vale aqui um desvio necessário.

Quando Gilberto Freyre, no prefácio da terceira edição de "Nordeste", cita da então recente obra do escritor Franklin de Oliveira, "Um Novo Nordeste", que trata na verdade da situação sócio-econômica do Rio Grande do Sul, o seguinte trecho,

"Nordeste não é... hoje, no contexto mental do brasileiro, apenas um conceito geográfico, um ente ecológico, um espaço antropológico ou uma área cultural. Uma das conotações da palavra, e hoje talvez a mais legítima, é de natureza econômica. *Nordestização* é uma medida econômica, um 'metro' para medir uma situação social." (1989: 31).

ele lamenta-se dessa "triste conotação", a que chama de patológica. Desfia um rosário de autores e publicações periódicas que se voltam para o Nordeste a fim de compreender neste muito mais que o aspecto econômico de inferioridade. O que Freyre parece não perceber, ou não dar importância, é que a palavra Nordeste há muito já não pertencia mais a categoria de uma entidade regional diferenciada. Era, além disso, um signo de deterioração, de calamidade ininterrupta, de homogeneização de miséria. Franklin de Oliveira apenas utilizava-se de uma conotação corrente; não criara um sentido depreciativo próprio. Tomara apenas de empréstimo o que o discurso já havia entronizado.

Interessante notar que já ao final do seu "Nordeste", que, apesar do título, não vai além da zona-da-mata (o que nos faz inferir que o restante regional está entre o não incluso e a derivação), Freyre discorre sobre os reconhecidos nomes de Nina Rodrigues, Sylvio Romero, José Veríssimo, Oliveira Viana: informando-nos das suas respectivas procedências "marginais", e creditando a todos a crença na "inferioridade biológica do mestiço brasileiro" (idem, 39). A ele o legado precursor da mestiçagem positiva. Daí decorrem novas citações, outros nomes respeitáveis que corroboram a tese do caboclo forte, do branco

sexual-democrata, da civilização melada e doce de que deriva todo bom brasileiro.

Freyre talvez não tenha sabido que dessa engrenagem, com a sua nostalgia de quintal açucarado, ele fazia parte como somente mais uma peça; proeminente que seja, mas parte e vítima de um mecanismo muito além dele. A sociedade que ele enalteceu eram resquícios de um mundo inexistente. Freyre pulou o muro do tempo do discurso. O que trouxe de onde veio foi o orgulho e a ferrugem que confirmassem o mundo decaído. O discurso não é de quem o produz; é de quem se apropria dele.

José Lins do Rego, na literatura, difere um quase nada do olhar saudoso de um Gilberto Freyre. Identificaram-se tanto, e não cabem aqui conjecturas, principalmente porque partilhavam da mesma solidez gloriosa. Tinham em comum a mesma aristocracia plantada na ostentação de um sobrenome; ambos orgulhavam-se da mesma ascendência genealógica; da mútua germinação ancestral.

Mesmo sendo a literatura o palco ideal da transcendência, e tendo-a talvez experimentado na profunda figura de um capitão Vitorino, por exemplo, José Lins não logrou evadir-se da condição de memorialista bem intencionado. Seu narrador presente, mesmo em "Fogo Morto", não consegue libertar-se das amarras da memória; romper a linha entre o passado e o infinito.

Dona Adriana é esposa do capitão Vitorino Carneiro da Cunha. Sabe-se dela um pouco entre lembranças suscitadas na cozinha da casa grande do Santa Fé. Fora retirante na seca de 1877. Lembra-se de Dona Amélia, esposa do senhor de engenho; de como era bonita, ativa, de gestos nobres, educação fina. A "velha Adriana chegara, moça feita, com o seu

povo morrendo de fome, no Santa Fé", Dona Amélia, já casada, a todos dera comida e abrigo. Quão santa criatura. A mulher de Vitorino lembra-se de como era reconfortante, em tempos tão mesquinhos de alegria, ouvir de longe a maviosa música que do piano fazia-lhe chegar a senhora do engenho. Não era mais assim. Tudo se fora. Dona Adriana pôe-se triste ao ver tão triste a casa do outoro alegre Santa Fé. Tantos ventos de lembrança devem soprar dolorosos e benfazejos no espírito da velha Adriana. Mas a nostalgia do engenho que não lhe pertence, nem ao seu passado mais remoto, é mais forte que tudo que a possa preencher. O narrador não lhe permite o pensamento autônomo. Transfere-o ao outro onipresente. A Dona Adriana é dado o direito de ser ela na medida em que ela represente e seja a continuidade do seu outro. (1987: 505)

Assim vai seguindo o narrador, fragmentando-se em cada um de que fala. A mulher de Vitorino agora está diante de uma queda. Sua comadre Sinhá narra-lhe que-o compadre mestre Amaro caiu na boca do povo. Disque anda à noite, desvairado, a cata de sangue. Dona Sinhá encolhe-se, amedronta-se. Diz ter visto o marido com os olhos esbugalhados, as feições de bicho. Está com medo. Dona Adriana a tranqüiliza. É invencionice. Não acredita, mas sabe. "O povo quando pega um cristão para uma coisa destas, não larga mais. Pobre do seu compadre que não teria mais descansol Seria toda vida, até a morte, o lobisomem, o temor de todo mundo. O monstro que saia de noite para desgraçar os viventes. (555) Mestre Amaro ouvira comentários. Tivera livre as noites para caminhar. O mundo inteiro seu. As pessoas agora batiam-lhe portas e janelas. As crianças corriam dele. Zé Amaro chegou mesmo a olhar as unhas crescidas; perceber os cabelos desgrehados. Teria mesmo feições de bicho? Mestre Amaro caíra. Era um banido. Fora expulso do seu abismo e posto em outro.

A zona canaveira, por filiações históricas muito bem definidas, não apresenta a fervorosa fé religiosa do sertão, pejada de preceitos messiânicos medievais; mas nem por isso é menos mística. Até porque os cegos de feira, aparições constantes no romance regionalista, transitam entre os dois mundos indiferentemente; e trazem a ambos toda sorte de transfigurações fantásticas. Não que eles sejam responsáveis pelo misticismo popular; mas sabe-se que a oralidade é o mecanismo por excelência de perpetuação do imaginário. O fato é que o Mestre José Amaro, como muitos, ficou preso às redes da construção partilhada de uma verdade mistificadora. Tão concreta quanto o palpável. As raízes desta construção, no entanto, não moram na ignorância espalhada pelos canaviais; embora se alimentem dela. Há razões muito mais sólidas e não pejorativas para uma tal ordem de coisas.

No plano dos viventes a presença de Antônio Silvino é um divisor de águas. Personagem real eminentemente ambíguo, no que se refere às representações que suscita, o cangaceiro figura na ordem dos paroxismos. O chefe Antônio Silvino é o primeiro dos maiores entre os tantos chefes do cangaço que surgiram num Nordeste propício à subversão sem horizontes. A esse respeito é interessante conhecer o que nos informa Gramsci a respeito dos camponeses na Itália.

"A psicologia dos camponeses era, (...) algo que não podia ser verificado; os sentimentos reais permaneciam ocultos, implicados e confundidos num sistema de defesa contra as explorações, meramente egoísta, sem continuidade lógica (...). A luta de classe se confundia com o banditismo, com a ameaça, com o incêndio dos bosques, com a soltura do gado, com o rapto de crianças e de mulheres, com assalto à prefeitura: era uma forma de terrorismo elementar, sem conseqüências estáveis e eficazes. (...) O camponês sempre viveu fora do domínio da lei,

sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico. *Freado somente pelo medo da polícia e do diabo*. Não compreendia a organização, não compreendia o Estado, não compreendia a disciplina; *paciente e tenaz no esforço individual de arrancar à natureza escassos e magros frutos, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar (...), incapaz de propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática.*" (1987: 70) Grifos meus.

O longo trecho citado se justifica porque mesmo apesar de Gramsci se referir ao sul da Itália, num tempo que é mais ou menos coincidente ao do José Lins de "Fogo Morto", as semelhanças com as relações sociais e condições de vida do trabalhador rural nordestino – e neste caso, abrange-se o Nordeste inteiro, posto que a expropriação e a exploração das classes subalternas rurais, embora com suas divisões sub-regionais, em essência permanecem as mesmas –, são patentes.

Daí o mestre Amaro, sem saber bem porque, estremece "com a palavra do homem. O nome de Antônio Silvino exercia sobre ele um poder mágico. Era o seu vingador, a sua força indomável, acima de todos, fazendo medo aos grandes. (...) Ele faria tudo para que o cangaceiro do povo resistisse ao tenente do governo." (526/527) Esta concepção do mestre Zé é partilhada de forma mais ou menos homogênea pelos que dividem com o seleiro o mesmo grau de miséria que é a vida normal dos que circundam um engenho. Uma sensação de identidade referencial naquele que, como todos, *fora do domínio da lei*, desafia o poder instituído como redentor não se sabe bem do quê.

Do outro lado em espaço e posse, num tempo anterior, iniciava-se o Santa Fé nas mãos do capitão Tomás Cabral de Melo. Promissor engenho sob as mãos trabalhadoras do capitão. Eram idos de 1848. O

povo pensava o velho um *camumbembe*; afinal de contas, ele mesmo, senhor de suas posses, saía em comitiva para vender o produto da almanjarra. Definitivamente o respeito imposto inicial era pouco. O senhor de engenho em trabalhos de empregado. Maria Isaura Pereira de Queiroz nos adverte: não se poderia diferente. Agarrada como visgo à pele a idéia que era de nobreza não poder lidar com a força reservada ao braço escravo. Basta, em tempo curto, mudança de nomes na perene pirâmide, e a permanência dos lugares reservados ao intelectual e ao braçal continua inalterada nos estratos marcados como que a ferro.

Mas nem era com o capitão Tomás. Ele pôs em relevo o ano de 1850 na cada grande e incluiu o Santa Fé no rol dos grandes, como cabia merecer a patente que lhe precedia o nome.

Num dia já há muito, de um já velho Tomás fugira um negro. Dois cavalos consigo. Picara rumo ao sertão. O capitão se pôs à caça. O narrador não perde o tiro. "O povo do sertão não ia muito com a gente da várzea". Um cargueiro em viagem diz da beira de um fogo aceso; um olho miúdo na vastidão: "Sertanejo é povo que estranha muito, capitão." E entre um e outro lugar comum, o velho Tomás chega onde se julga esteja o negro. A descrição: "Só havia a casa de morada, e um curral atrás. *Uma casa como de morador de engenho*, de barro escuro, com um coplá muito baixo. Na porta da casa estava um moço, *de camisa para fora das calças, de chapéu de palha*. Chegou-se (o capitão Tomás) para o terreiro, e perguntou pelo fazendeiro.

Está falando com ele meu velho." (609)

O depois é conversa de poucos amigos, alguma mofa, e decepção.

Essa gama de rótulos do sertão engarrafado é partilha comum na literatura de canaviais. Lins do Rego comunga com Gilberto Freyre que

comunga com Américo de Almeida que comunga com fulano, e todos sabem do sertão. Todos dizem do sertanejo e da sua compleição. Todos cantam motes semelhantes. Corroboram todos à maneira de Zé Lins. Terra sem dono, sem nobreza, modos rudes, a bruteza do não civilizado. Palavras de vento jogadas ao vento; naturalmente respiradas como os indefectíveis bogaris do sempre presente menino de engenho.

O depois é que muitos anos viveu ainda o capitão Tomás. Morreu, uma filha casada a outra louca, e a desgraça indelével marcada no porvir, como um sina além do ano que ostenta a casa grande. Lula de Holanda perde o gado, diminui a produção a um quase nada, exhibe uma nobreza de festim, e o Santa Fé rumo à ruína encontra o seu batismo de cinza. A morte pela palavra. Noite alta, cabras postam-se em frente à casa grande. Tinham ido serrar velha. Lula corre, atira, cai estrebuchando em novo ataque. Dona Amélia é prostração. "Corpo doído", "alma pesada". "Acabara-se o Santa Fé". O fogo ainda não estava morto. Ainda em si não era o fim. A primeira queda – porque houve outra – foi moral. O atrevimento da humilhação lançada sobre paredes já não mais a prova de escárnio, trouxe o cúmulo.

A Segunda e última queda vingou de um confronto de mundos. Antônio Silvino invade o Engenho Santa Fé. Como que vingando mestre Amaro; como que lavando a alma de uns tantos do Pilar. O coronel Lula de Holanda já de seu quase por inteiro louco. Dona Amélia ajoelhada aos pés do cangaceiro. Antônio Silvino procurava o tão propalado ouro escondido, sabido de todos. Não havia mais; fora gasto. A senhora de engenho implorava. Quadros rasgados, móveis revirados, piano feito em pedaços. O Santa Fé de alma perdida, ruia em memória e corpo. Surge o capitão Vitorino, na sua sempre ingênua e boa coragem. Enfrenta os homens, diz impropérios ao chefe. Tem seus reveses com Lula de Holanda, mas a um homem não se fazem certas

coisas. É atingido com uma coronhada. Banhado em sangue, as idéias em desordem; não se cala. Não se cala nunca. O redentor vem a cavalo. José Paulino impõe sua presença à sala, com todo gládio e imponência que a altivez ao narrador permite. Não é o senhor de engenho das ordens, da prepotência. Fala mansa, quase que submissa. Mas Antônio Silvino se retira. Chega a ensaiar explicação. Continua José Paulino. Que havia enchido a "sala de respeito". Que fique claro o recado: O Senhor de Engenho é soberano. Coragem e força e mais respeito lhe pertencem, como são seus o rebenque, o cavalo e o chapéu. Disso o narrador não abre mão. Há que se ter até o fim a glória de não ser vencido.

O mais é o melhor. Mestre Amaro alegra-se ao saber do ataque ao Santa Fé. A filha enlouquecera, a mulher o abandonara. Nada tinha a não ser aquele estranho nó que o espírito carrega e não desata. Algo maior que o mundo contido nas forças de um homem. Ele não sabe o que seja. O que ele reconhece é que "um raio de alegria luziu naquela noite escura que era a sua alma murcha." (709) Mestre Amaro sente-se cúmplice de Antônio Silvino. Para a volante verdadeiramente é. Por isso é preso. Espancado. Vitorino, ubíquo, reclama, advoga, consegue a ordem de soltura. O tenente Maurício o prende. Espanca-o também. Ele grita desaforos. "Ninguém pode com Vitorino Carneiro da Cunha." No dia seguinte, moídos, após nova intervenção de José Paulino, ambos vão a casa. Os compadres Amaro e Vitorino tomam rumo em busca do destino. O do mestre inicia com uma faca cravada ao peito. José Amaro tinha uma dor do mundo que foi maior que a força incompreendida. O capitão Vitorino não. Ele chegara a algo imensurável. Uma compreensão simples que o prenderia para sempre à ignorância alheia.

"No outro dia sairia pelo mundo para trabalhar pelo povo. Para ele, Antônio Silvino e o tenente Maurício, José Paulino e Quinca do

Engenho Novo, Todos valiam a mesma coisa. (...) E, escorado no portal da casa de taipa, de chão de barro, de paredes pretas, Vitorino era dono do mundo que via, da terra que a lua branqueava, do povo que precisava de sua proteção." (728) Fora do normal das lidas. Acima das lides que tingem de absurdo o Homem. O Capitão Vitorino Carneiro da Cunha transcendera o discurso.